



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM-CMPS**

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO -
<https://ipam.portovelho.ro.gov.br>

Ata de Reunião de Conselho Nº 19 - IPAM-CMPS

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE PREVIDÊNCIA - CMP - Ano de 2026

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a **5ª Reunião Ordinária da Previdência do Conselho Municipal de Previdência - IPAM**, sob a presidência da Sra. **Claudinéia Araújo de Oliveira Bortolete**, contando com a presença dos Conselheiros do CMP: **Sílvio Ney Leal Santos** (Conselheiro Eleito), **Sidivam Costa Pereira** (Conselheiro Eleito), **José Maria Miranda Martins** (Conselheiro Eleito), **Ediney Ferreira da Silva** (Conselheiro Eleito), **Ilza Neyara Silva Marques** (Conselheira Representante do Executivo), **Sérgio Murilo Lemos Paraguassu** (Vice-Presidente do CMP), **Jeová Lima Dávila Júnior** (Conselheiro Representante do Executivo) e **Anderson Parente da Costa** (Conselheiro Representante do Executivo), registrando-se que os três últimos participaram da reunião de forma remota, por meio da plataforma Google Meet e com a participação do Gerente de Arrecadação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho - IPAM, Sr. **Edson** Gerente de Arrecadação, convidado para apresentar o demonstrativo das receitas e despesas dos fundos previdenciários referente ao primeiro quadrimestre de 2026. Após cumprimentar os presentes, a Presidente declarou aberta a reunião e informou que a pauta principal consistia na apresentação do comportamento financeiro dos Fundos Capitalizado e Financeiro, com o objetivo de proporcionar aos conselheiros uma visão mais clara da situação econômica do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, subsidiando futuras discussões relacionadas à sustentabilidade financeira e atuarial do Instituto. Em seguida, foi concedida a palavra ao Sr. Edson, que esclareceu ter preparado uma apresentação objetiva e simplificada, baseada nos dados de fluxo de caixa dos fundos previdenciários, colocando-se à disposição para esclarecimentos durante a exposição. Inicialmente, apresentou os dados referentes ao Fundo Capitalizado, demonstrando as receitas e despesas registradas entre os meses de janeiro e abril de 2026. Informou que as receitas arrecadadas foram de aproximadamente R\$ 1.397.000,00 em janeiro, R\$ 22.000.000,00 em fevereiro, R\$ 1.906.000,00 em março e R\$ 1.947.000,00 em abril. Em relação às despesas, informou que os pagamentos efetuados no período corresponderam a aproximadamente R\$ 8.104.000,00 em janeiro, R\$ 7.130.000,00 em fevereiro, R\$ 7.135.000,00 em março e R\$ 7.176.000,00 em abril. Destacou que, conforme demonstrado pelos números apresentados, o Fundo Capitalizado vem registrando fluxo de caixa negativo na maior parte dos meses analisados, apresentando resultado positivo apenas no mês de fevereiro. Prosseguindo com a apresentação, detalhou as receitas arrecadadas pelo Fundo Capitalizado, informando que a contribuição ordinária do Poder Executivo totalizou aproximadamente R\$ 5.435.000,00, enquanto a arrecadação oriunda do Poder Legislativo alcançou cerca de R\$ 151.000,00. Esclareceu ainda que os valores referentes à remuneração dos investimentos financeiros e à compensação previdenciária foram apresentados separadamente, uma vez que não estão vinculados especificamente a um único ente, mas sim ao conjunto dos recursos previdenciários administrados pelo Instituto. Na sequência, apresentou o demonstrativo das despesas com benefícios previdenciários, informando que o Poder Executivo registrou despesas no montante de R\$ 27.560.509,93, enquanto o Poder Legislativo apresentou despesas de aproximadamente R\$ 2.376.986,85, totalizando R\$ 29.937.496,78 em despesas no primeiro quadrimestre. Ressaltou que os dados

evidenciam uma situação preocupante, uma vez que as contribuições atualmente arrecadadas pelo Fundo Capitalizado não são suficientes para suportar as despesas mensais com benefícios previdenciários, tanto do Executivo quanto do Legislativo. Na continuidade dos trabalhos, passou à apresentação dos dados referentes ao Fundo Financeiro. Informou que, no primeiro quadrimestre de 2026, foram arrecadados aproximadamente R\$ 85.278.378,00, enquanto as despesas totalizaram cerca de R\$ 51.000.000,00. Destacou que, diferentemente do Fundo Capitalizado, o Fundo Financeiro apresentou resultado positivo no período, demonstrando capacidade de acumulação de recursos. No detalhamento das receitas, informou que as contribuições ordinárias arrecadadas pelo Poder Executivo alcançaram aproximadamente R\$ 66.000.000,00. Destacou ainda os recursos oriundos do Imposto de Renda, apresentados separadamente em razão das restrições legais quanto à sua utilização, bem como os valores provenientes da remuneração dos investimentos financeiros. Em relação às despesas, informou que o Fundo Financeiro registrou pagamentos da ordem de R\$ 51.000.000,00 no período analisado. Ao analisar os resultados, o Gerente de Arrecadação destacou que o Fundo Financeiro apresentou superávit aproximado de R\$ 19.000.000,00 no primeiro quadrimestre, resultado atribuído principalmente aos aportes realizados em decorrência das alterações promovidas pela legislação previdenciária municipal. Observou, contudo, que o Poder Legislativo apresentou déficit financeiro, tendo registrado despesas da ordem de R\$ 3.000.000,00, enquanto a arrecadação foi inferior a R\$ 1.000.000,00 no mesmo período. Ao final da exposição, ressaltou que os dados apresentados demonstram a necessidade de constante acompanhamento da situação financeira do RPPS e reforçam a importância das discussões relacionadas à reforma previdenciária municipal, especialmente no que se refere à adoção de medidas que garantam a sustentabilidade do sistema previdenciário. Durante os debates, foi levantada a hipótese de unificação dos Fundos Capitalizado e Financeiro, oportunidade em que foi esclarecido que, mesmo considerando a compensação entre os resultados dos dois fundos, ainda seria identificado um déficit financeiro estimado em aproximadamente R\$ 3.000.000,00. Diante desse cenário, a Presidente destacou a preocupação da Diretoria Executiva do IPAM com a situação financeira do Instituto, esclarecendo que, além do déficit atuarial já conhecido, o RPPS passou a apresentar também déficit financeiro, exigindo a adoção de medidas preventivas e corretivas. Na oportunidade, informou que está em fase de formalização uma comissão de estudos destinada à análise da situação previdenciária do Município. Explicou que a iniciativa surgiu a partir de provocação do Conselho Fiscal – COFIS, que encaminhou manifestação à Presidência do IPAM sugerindo a criação de um grupo técnico responsável por avaliar alternativas para o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social. Segundo informado, a comissão deverá contar com representantes do ente municipal e do Instituto, sendo responsável pela análise dos cálculos atuariais e pelo estudo de possíveis medidas, tais como a unificação dos fundos previdenciários, a revisão das alíquotas de contribuição patronal e outras ações voltadas à redução do déficit financeiro. Foi esclarecido ainda que a alíquota de contribuição dos segurados já se encontra fixada em 14%, percentual máximo atualmente aplicado, enquanto a alíquota patronal poderá ser revista conforme os resultados dos estudos técnicos e atuariais. Em resposta a questionamentos dos conselheiros sobre a composição da comissão, a Presidente informou que o processo administrativo encontra-se em tramitação na Secretaria Municipal de Governo – SGOV, aguardando formalização. Explicou que o Conselho Fiscal indicou representantes para integrar o grupo de trabalho e que a Presidência do IPAM já adotou as providências necessárias para o encaminhamento do processo, restando apenas a conclusão dos procedimentos administrativos para sua oficialização. Nos assuntos gerais, a Presidente informou que os temas relacionados ao Censo Previdenciário e ao seminário institucional serão tratados de forma mais detalhada na próxima reunião, uma vez que ainda estão sendo realizados alinhamentos e definições preliminares. Comunicou que já ocorreu uma reunião inicial de planejamento e que novas reuniões serão realizadas nos próximos meses, havendo previsão de realização do evento no mês de setembro. Por fim, reforçou aos conselheiros e servidores presentes a importância da participação no processo eleitoral dos representantes dos segurados, informando que a votação ocorreria no dia 26 de maio de 2026, no horário das 8h às 17h, por meio eletrônico, possibilitando o exercício do voto independentemente do local onde o eleitor se encontrasse. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença e a participação de todos, declarou encerrada a reunião e determinou a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes.

Porto Velho/RO, 21 de maio de 2026.

Claudinéia Araújo Bortolete

Presidente do CMPS

Sérgio Murilo Lemos Paragussu Filho

Vice-Presidente do CMPS

Ilza Neyara Silva Marques

Secretária da Mesa Diretora

Anderson Parente da Costa

Conselheiro Representante do Executivo

Ediney Ferreira da Silva

Conselheiro Eleito

Jeová Lima D'Ávila Junior

Conselheiro Representante do Executivo

José Maria Miranda Martins

Conselheiro Eleito

Sidivam Costa Pereira

Conselheiro Eleito

Sílvio Ney Leal Santos

Conselheiro Eleito



Documento assinado eletronicamente por **Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete, Presidente**, em 02/06/2026, às 11:26, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sidivan Costa Pereira, Conselheiro(a)**, em 02/06/2026, às 14:42, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ilza Neyara Silva Marques, Conselheiro(a)**, em 02/06/2026, às 14:44, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ediney Ferreira Da Silva, Conselheiro(a)**, em 02/06/2026, às 14:46, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Jose Maria Miranda Martins, Conselheiro(a)**, em



03/06/2026, às 09:30, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Ney Leal Santos, Conselheiro(a)**, em 08/06/2026, às 10:35, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jeova Lima D'avila Junior, Conselheiro(a)**, em 08/06/2026, às 14:37, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Parente Da Costa, Conselheiro(a)**, em 11/06/2026, às 14:41, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Murilo Lemos Paraguassu, Conselheiro(a)**, em 12/06/2026, às 16:13, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **1013297** e o código CRC **2A23EF4A**.

